



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS**

JOÃO RODOLFO RAMOS DE SOUSA

**PRODUÇÃO PESQUEIRA: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO PORTO DOS MILAGRES, EM SANTARÉM-
PARÁ NO ANO DE 2019**

**SANTARÉM-PARÁ
2023**

JOÃO RODOLFO RAMOS DE SOUSA

**PRODUÇÃO PESQUEIRA: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO PORTO DOS MILAGRES, EM SANTARÉM-
PARÁ NO ANO DE 2019.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito básico para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão

**SANTARÉM-PARÁ
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S725p Sousa, João Rodolfo Ramos de
Produção pesqueira : uma caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais do Porto dos milagres, em Santarém-Pa no ano de 2019./ João Rodolfo Ramos de Sousa. – Santarém, 2023.

51 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Sandro Augusto Viegas Leão.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Pesca artesanal. 2. Mercado. 3. Socioeconomia. I. Leão, Sandro Augusto Viegas, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 639.2098115


JOÃO RODOLFO RAMOS DE SOUSA

PRODUÇÃO PESQUEIRA: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO PORTO DOS MILAGRES, EM SANTARÉM-
PARÁ NO ANO DE 2019


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) da
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
como
requisito básico para conclusão do curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão

Conceito: 8,50

Data: 02 / 02 / 2023



Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão- Orientador
Universidade federal do Oeste do Pará



Profa. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama
Universidade federal do Oeste do Pará



Profa. Ms. Wandicleia Lopes de Sousa
Universidade federal do Oeste do Pará

AGRADECIMENTOS

Á Deus, por ter me concedido capacidade, discernimento, sabedoria em todos os momentos da minha vida, principalmente nas dificuldades encontradas no caminho.

Aos meus pais, João e Regina, aos meus irmãos Rogério, Raquel e Rosalba, a minha esposa Lene, ao meu Enteadado Wanderson, a minha filha Maria clara que sempre me apoiaram e me incentivaram para realização deste sonho.

A equipe Tramontina: Aline, Bruno, Diego, Juliana, Edwilson, e Lazarine, por me incentivar a não desistir do curso, e também enfrentar as dificuldades no aprendizado.

A todos os Docentes da UFOPA, que foram excepcionais no meu aprendizado, em especial ao meu orientador professor Dro. Sandro Leão, e também a professora Msc. Wandicléia Lopes, que auxiliaram no planejamento e execução deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, Alessandro, Drayna, Gilana, Maísa, Lorena, Thaís, Júnia, Mateus, Jeise, Jéssica, Rafael, pelo companheirismo, e momentos de descontração no decorrer do curso.

À todos os pescadores e pescadoras artesanais do Porto dos Milagres, que contribuíram para minha pesquisa de campo, respondendo ao meu questionário, compartilhando todo seu conhecimento sobre a comercialização e principalmente sobre os meios de produção.

Ao meu monitor Marcos José, aos meus amigos Erlisson Mota e Edwilson Oliveira que contribuíram para organização da minha Monografia.

Em especial, a Comunidade Quilombola São José do Ituqui, que com muita luta conseguiu ingressar o movimento negro na universidade, através de Ações Afirmativas.

Ao Coletivo de Estudantes Quilombolas (CEQ), que sempre reivindicou nossos direitos dentro do universo acadêmico.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra, em toda a jornada para execução deste trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo caracterizar de forma econômica e social os pescadores artesanais que moram no Bairro do Uruará, localizado no município de Santarém-Pará. O método aplicado foi de pesquisa bibliográfica, e aplicação de questionário com os pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres, que ocorreu em outubro de 2019. Além de demonstrar a importância social e econômica que a o Mercado do Porto dos Milagres exerce sobre os pescadores, a pesquisa também demonstra a qualidade socioeconômica em que vivem. Os resultados obtidos expõem que a atividade da pesca artesanal é exercida na maioria por homens entre 25 e 50 anos, tendo uma baixíssima participação feminina nessa atividade econômica. A participação feminina nessa atividade é mais frequente nas atividades subjacentes à atividade principal da pesca, como, por exemplo, a comercialização e a recuperação de utensílios usados na pesca. O nível de escolaridade dos pescadores é baixo ficando entre quatro com ensino fundamental completo, e apenas dois com ensino médio completo. A pesquisa revela que 76% dos pescadores tem renda mensal que varia entre 300 e 400 reais. No período do defeso existem alguns pescadores que exercem outras atividades com a finalidade de complementar a renda familiar no final do mês. Os pescadores artesanais prezam a preservação do meio ambiente, e a cultura local como é demonstrado na pesquisa primária, a atividade é passada de geração a geração. O conhecimento dos fatores hidrográficos e climáticos da região onde é capturado o pescado, ajuda consideravelmente na produção. A pescar artesanal apesar das limitações e dificuldades enfrentadas pelos pescadores, tem sido uma importante atividade na vida socioeconômicas dos pescadores que comercializam no Porto dos Milagres.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal. Mercado. Socioeconomia.

ABSTRACT

This work aims to characterize, in an economic and social way, the artisanal fishermen who live in Bairro do Uruará, located in the municipality of Santarém-Pará. The applied method was bibliographical research, and application of a questionnaire with the artisanal fishermen who sell at the Porto dos Milagres Market, which took place in October 2019. In addition to demonstrating the social and economic importance that the Porto dos Milagres Market has on the fishermen, the survey also demonstrates the socioeconomic quality in which they live. The results show that the artisanal fishing activity is carried out mostly by men between 25 and 50 years old, with a very low female participation in this economic activity. Female participation in this activity is more frequent in activities underlying the main activity of fishing, such as, for example, the sale and recovery of tools used in fishing. The level of schooling of fishermen is low, with only four having completed primary education and only two having completed secondary education. The survey reveals that 76% of fishermen have a monthly income ranging between 300 and 400 reais. During the closed season there are some fishermen who carry out other activities in order to supplement the family income at the end of the month. Artisanal fishermen are committed to preserving the environment and local culture, as demonstrated in primary research, the activity is passed down from generation to generation. Knowledge of the hydrographic and climatic factors of the region where the fish is caught helps considerably in production. Artisanal fishing, despite the limitations and difficulties faced by fishermen, has been an important activity in the socioeconomic lives of fishermen who trade in Porto dos Milagres.

KEYWORDS: Artisanal Fishing. Market. Socioeconomics

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - PIB da região norte por estado – 2021.....	19
Quadro 2: Nível de escolaridade e Faixa Etária dos pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.....	27
Quadro 3: Estrutura das moradias e as formas de esgotamento sanitário utilizados pelos pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.....	28
Quadro 4: Tempo de Serviço dos pescadores artesanais que comercializam no Mercado Porto dos Milagres que tem na pesca a sua principal ocupação.....	29
Quadro 5: Tempo destinado para atividade da pesca artesanal e o rendimento semanal.....	30
Quadro 6: As espécies de peixes mais vendidos pelos pescadores da amostra semanalmente.....	37

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Localização do Mercado do Porto dos Milagres.....	23
Imagem 2: Venda do pescado na cambada no Mercado do Porto dos Milagres.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proporção por sexo dos entrevistados.....	26
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão de crenças dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.....	27
Gráfico 1: Abastecimento de água dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.....	29
Gráfico 2: Porcentagem de pescadores com dificuldade no período de Defeso.....	31
Gráfico 3: Porcentagem de pescadores que recebem seguro defeso.....	32
Gráfico 4: Artefatos para pesca.....	35
Gráfico 5: Tipos de embarcações.....	36
Gráfico 6: Comercialização dos peixes.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA ARTE DA PESCA ARTESANAL	14
2.1 Contexto Histórico do Desenvolvimento da Pesca Artesanal	14
2.2 A Pesca como Atividade Econômica na Amazônia (Região Norte)	19
3.1 A Região Amazônica Brasileira e a Comercialização do Pescado no Porto dos Milagres.	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 Caracterização do Mercado Porto dos Milagres.	23
3.2 Tipos de Pesquisas e Coletas de Dados.	24
4 RESULTADO E DISCUSSÕES	26
4.2 Descrição da Produção Pesqueira do Porto dos Milagres: Mercado e Comercialização.....	32
4.3 Identificação do Processo Organizacional dos Pescadores Artesanais.	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFEERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica brasileira vem sofrendo um processo de modernização nas últimas décadas culminando com a urbanização da mesma, como consequência, importantes polos industriais do Brasil foram estabelecidos em cidades amazônicas. Hoje mais de 65% da população dessa região vive na zona urbana, o que causa no imaginário das pessoas, que não vivem no território, um paradoxo, pois idealizam a Amazônia de algumas décadas atrás (AGUIAR, RIBEIRO & VIANA, 2021).

Os grandes projetos que começaram na década 1960 foram o grande propulsor da transformação da região, e a cidade de Manaus, com mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2022), é o grande símbolo dessa “nova” Amazônia. Os grandes empreendimentos reduziram os custos de logística, interligando a Amazônia com às outras regiões do Brasil. Porém, existe ainda, na grande parte do território amazônico, atividades tradicionais, que podemos identificar como sendo cultural dos povos amazônicos, atividades milenares dessa região, atividades econômicas da Amazônia convencional (DIEGUES, 1994).

Dentre estas atividades econômicas tradicionais da região amazônica se destaca a pesca artesanal. A pesca artesanal se diferencia da pesca industrial e da pesca esportiva, pois enquanto a última tem como o objetivo o lazer, o esporte, não tendo fins comerciais, a segunda, pesca industrial, usando embarcações mecanizadas de médio e grande portes com equipamentos de alta tecnologia direcionada exclusivamente para aumento da produtividade, tem como finalidade a comercialização. Já a pesca artesanal tem a característica principal similar a pesca industrial, a comercialização, porém a forma é totalmente diferente, pois ela tem como peculiaridades a mão de obra familiar e o baixo grau de tecnologia aplicada na captura do pescado (INONATA & FREITAS, 2015).

A pesca artesanal é um atividade econômica praticada por milênios em toda as partes do mundo, que se caracteriza por estar intrinsecamente ligada a cultura e as condições socioeconômicas da localidade. Por ser uma região com muitos rios, logo, a Amazônia é propícia para o desenvolvimento desta atividade. Dezenas de milhares de famílias são dependentes economicamente do comércio desse tipo de pesca na Amazônia, sendo as principais cidades do interior da Amazônia proeminentes centros de transação desse produto e, conseqüentemente, esta atividade econômica representa uma parcela importante do Produto dos municípios em questão (BEGOSSI, 2004).

O Município de Santarém no estado do Pará desenvolve um papel de cidade polo na mesorregião do Baixo Amazonas. Esta cidade, sendo a mais populosa do oeste do Pará com, aproximadamente, 310 mil habitantes (IBGE, 2022), se torna, naturalmente, um dos principais centros econômico, cultural e científico da região, portanto, também, possui grande relevância para a comercialização do pescado na região Amazônica. A venda do pescado no município está concentrada em três locais principais: Mercado 2000, Feira do Pescador e Porto dos Milagres (VAZ, 2016). Diante da dinâmica que apresenta cada um desses mercados, a uma peculiaridade na feira do porto dos milagres, uma grande concentração do pescador artesanal.

Assim, como universitário ingressante na Universidade Federal do Oeste do Pará, pelo Processo Especial Quilombola (2015), oriundo de uma comunidade tradicional que tem como principal atividade a pesca artesanal, fazer esse estudo ganha relevância pois há uma motivação em buscar entender como estão as condições socioeconômicas dos pescadores que atuam no Porto dos Milagres como um estudo embrionário sobre essa atividade. Portanto, buscar, através da pesquisa contribuir para a ampliação de estudos sobre esse tema e difundir a pesca artesanal e as atividades desenvolvidas no Porto dos Milagres. Para responder estes questionamentos este trabalho tem como questão norteadora: como se caracteriza social e economicamente a atividade da pesca artesanal e dos pescadores que comercializam seus pescados no mercado do Porto dos Milagres?

Para responder a problemática, o estudo tem como objetivo geral: descrever social e economicamente, a atividade da pesca artesanal realizada por pescadores que comercializam seus pescados no Mercado do Porto dos Milagres em Santarém- Pará. Os objetivos específicos: 1) Caracterizar o estado da arte da pesca artesanal enquanto uma atividade econômica, dando ênfase a aspectos desse segmento na Amazônia, Pará e Santarém; 2) Descrever o perfil socioeconômico do pescador artesanal que comercializa seu produto no Mercado do Porto dos Milagres; 3) Mapear a produção de pescado comercializado no Porto dos Milagres e as possíveis alterações ocorridas na produção pesqueira; 4) Identificar o nível de organização da pesca artesanal através da Z-20.

A estrutura da monografia está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz introdução geral do tema, a justificativa, objetivo geral e específicos. No segundo capítulo trata o Referencial Teórico, onde é exposto as bases teóricas que embasam este trabalho científico, isto é, artigos científicos, revistas científicas especializada, trabalho de conclusão, as leis infraconstitucionais que protegem a pesca artesanal como atividade econômica no Brasil e o contexto socioeconômico, histórico e cultural que se desenvolveu a pesca artesanal na

Amazônia, bem como as bases organizacionais da colônia de pescadores de da z-20 de Santarém e o mercado de comercialização do pescado no bairro do Uruará em Santarém, Porto dos Milagres.

O capítulo três aborda a Metodologia, apresenta em pormenores os métodos e os dados usados para confecção do trabalho de conclusão de curso. Foram três as principais etapas de elaboração do TCC: elaboração do arcabouço teórico, a pesquisa de campo com o suporte de um questionário preestabelecido pelo autor e o desenvolvimento escrito do trabalho nas normas da ABNT.

O capítulo quatro apresenta os Resultados dos dados socioeconômicos dos pescadores artesanais que comercializam o pescado no Porto dos Milagres, com base no questionário. As intervenções feitas junto aos pescadores procuram informações que vai desde da renda média obtida por cada pescador entrevistado, estrutura familiar até às condições de moradia das famílias destes.

Por fim, o capítulo cinco as considerações finais, apresenta às conclusões derivadas das análises feitas pelo autor baseados nos resultados obtidos da sessão quatro e embasado na sessão dois.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA ARTE DA PESCA ARTESANAL

2.1 Contexto Histórico do Desenvolvimento da Pesca Artesanal

O projeto pioneiro de desenvolvimento da pesca artesanal tinha características militares e coercitivas, e apresentava como conteúdo subordinar a pesca artesanal aos interesses da elite envolvidas em um projeto de nacionalização, com argumentos que a pesca artesanal se encontrava em situação de atrasos e inferioridade social e cultural, e eram necessários regulamentos para superar esta situação, mas manteve esse ritmo até 1960 (FERNANDEZ, 2015).

De acordo com (FERNANDEZ, 2015), o marco inicial para uma significativa relação de institucionalidade entre o Estado e os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, iniciou no ano de 1919 com a instalação das colônias de pescadores pela marinha, através da missão do cruzador José Bonifácio que saiu sobre todo o litoral brasileiro reunindo pescadores com a premissa que as comunidades passariam para um período de desenvolvimento, e ao mesmo tempo eram obrigados a pertencer. O objetivo das criações das colônias de pesca está associado “a nacionalização da atividade e pesqueira e utilização dos pescadores para a defesa da costa brasileira, considerando-os partes das reservas da Marinha de guerra”, e representava para o Estado força de trabalho (FERNANDEZ, 2015, p.40)

Segundo Ramalho (2014) em 1930 ocorreu a implantação do Estado Novo no Brasil no governo Getúlio Vargas que, tinha como característica primordial a intervenção do Estado principalmente na economia. Na pesca houve uma intensificação em termos de controle de trabalho, principalmente quando a Marinha passou a atuar juntamente com o ministério da Agricultura o mando sobre os pescadores, competindo ao último as ações de fomento ao setor. Em 1933, a pesca passa a ser responsabilidade do Ministério da agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca (DCP). Juntamente com as colônias a confederação geral dos pescadores brasileiros, fundada em 1920 subordinara-se a DCP (RAMALHO, 2014).

No ano de 1934, foi ordenado o código de Caça e Pesca – Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934, em relação ao setor pesqueiro foi a primeira lei bem mais completa, sendo delegado à DCP, plenos poderes sobre as colônias, exercendo intervenção quando necessário. Esta mesma lei obrigava todo pescador profissional a fazer parte da colônia que possuía vínculos, caso contrário, eram proibidos de pescar (BRASIL, 1934). Conforme decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, a DCP elaborou o segundo código de pesca com caráter social.

“[...] mantinha, sobretudo, um viés policialesco sobre a vida política e de trabalho dos pescadores [...]” (RAMALHO, 2014, P.42).

Durante o período de institucionalização e regulamentação das atividades pesqueiras no Brasil, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), através da lei delegada nº 10,1962, foi o resultado final desde longa trajetória desde a criação da Capitania dos Portos. A SUDEPE foi resultado da fusão entre o Conselho de desenvolvimento da Pesca, a Caixa Especial da Pesca, e da Divisão da Caça e Pesca, através de uma reforma administrativa que reorganizou o ministério da Agricultura (GOULARTI FILHO, 2016).

Segundo Fernandez (2015), com a implantação da SUDEPE e o reconhecimento da pesca como indústria de base, havia propósitos de dar novos impulsos à industrialização do departamento pesqueiro, sustentados em termos de produção pela pesca artesanal. A SUDEPE implantou “[...] um modelo de desenvolvimento característico de uma modernização conservadora, cujas ações se materializam nos planos de desenvolvimento e incentivos fiscais (FERNANDEZ, 2015, p.42).

Simultaneamente aos fortes incentivos a industrialização, ocorreu um fortalecimento das políticas autoritárias aplicadas seu sistema organizacional, fato este que ficou comprovado no novo Código de Pesca (1968)” que entregava ao Poder Executivo a capacidade de determinar sobre o gerenciamento e o funcionamento das colônias de pescadores, mantendo o controle sobre a categoria.” (RAMALHO, 2014, p. 47). Em 1973 através de um convênio entre a SUDEPE, o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART). O objetivo do plano era “dar mais assistência financeira e social aos pescadores artesanais e aos seus familiares, por meio do fortalecimento do associativismo e integração de programas assistenciais”. (GOULARTI FILHO, 2016, p.398).

É importante destacar que todas as políticas voltadas ao desenvolvimento do setor pesqueiro, sobre o período de permanência da SUDEPE mostrava “verticalidade e autoritarismo” do Estado sobre os pescadores, e havia necessidade de “modernização” a classe dos pescadores como afirma o trecho:

Durante o período compreendido entre os anos 70 e 80, período sob a vigência da SUDEPE a verticalidade e o autoritarismo veio a mão de um projeto nacional desenvolvimentista, que mantinha uma visão sobre os pescadores (a) similar à da marinha militar. Para os técnicos da SUDEPE os pescadores e pescadoras artesanais eram sujeitos primitivos e defasados, esta vez passíveis ao doutrinamento dos bons costumes da república brasileira impostos pela marinha, senão que também submetidos ao processo de expansão de uma pesca industrial supervalorizada e fortemente subsidiada com dinheiro público (FERNANDEZ, 2015, P. 108).

Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), através do decreto n° 73030, “orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais”, porém juntamente com a SUDEPE foram extintas através da lei n° 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), ligados ao Ministério do Interior com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional Do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e fomento dos recursos naturais renováveis (FERREIRA, 2012, p.48).

De acordo com Azevedo (2013) no período em que a pesca se encontrava sobre a dependência do IBAMA, este órgão ambiental apresentava políticas conservacionistas e inibia determinados investimentos para o desenvolvimento das atividades pesqueiras, pois considerava toda a pesca “depredadora,” e em sua gestão utilizou mecanismos que controlasse os esforços da pesca para preservar as espécies. Neste mesmo período o Ibama direcionava os investimentos a pesca industrial, que juntamente com a aquicultura eram privilegiados, e como consequência a pesca artesanal nesse período não recebia incentivos do governo, [...] o resultado de políticas desenvolvimentistas e conservacionistas para a pesca artesanal, que foram ações determinantes para levar a maioria dos pescadores e suas comunidades vivessem em condições de vida precária (AZEVEDO, 2013, p.2).

Segundo Azevedo (2013), no princípio do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), através da lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, que em 2009 transformou-se em Ministério da Pesca e Aquicultura- MPA, “o que supôs um aumento de recursos humanos e financeiros, ampliando e fortalecendo a capacidade institucional” [...] dentre as ações do governo para estabelecer uma nova política pesqueira podemos destacar, a criação de um órgão específico ao setor e uma nova lei de pesca” (AZEVEDO, 2013, p.3).

A substituição da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) através da lei n° 11.958, de 26 de junho de 2009, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, pois com a criação daria mais condições para o desenvolvimento do setor, “[...] resultando nas condições de ações voltadas para a promoção de melhoria de renda, estrutura de cadeia produtiva, ordenamento da captura e estímulo a captura”. Segundo o autor a lei que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura tem como objetivo atender pedidos realizados pela classe dos pescadores, com o intuito de gerar desenvolvimento ao setor, o que não estava previsto na legislação anterior (MARTINS, 2009, p.30).

Juntamente com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, foi aprovado o novo marco legal da pesca no país, através da lei nº 11.959 que compôs a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Essa nova reorganização concedeu ao MPA prioridades na administração pesqueiras e ordenamento aquícola, funções estas atribuídas anteriormente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), SEAP e IBAMA, porém com maior autonomia os órgãos ambientais, que dificultavam o desenvolvimento do setor pesqueiro industrial e principalmente à aquicultura, entretanto, anos depois a nova lei da pesca determinou o MPA coordenador do processo de gestão e ordenamento de pesca (AZEVEDO,2013).

Fazendo um recorte, nos últimos 30 anos, a pesca artesanal do Baixo Amazonas vem alcançando importantes conquistas, resultado do movimento dos pescadores e pescadoras, junto à sociedade civil e o governo, destacando o reconhecimento legal dos acordos de pesca, o seguro defeso e regularização fundiária das comunidades de várzea. Outro fato importante a ser destacado, foi o “Seguro Defeso” criado em 1993 pelo Governo Federal concedendo um salário mínimo por mês, que incentivava o cumprimento do Defeso¹. O Seguro Defeso motivou os pescadores a regulamentar-se para receber o benefício, conseqüentemente fortaleceu as colônias de pescadores, melhorando a representatividade perante os sócios, e também o cumprimento do Defeso (DE SANTARÉM, 2015).

Segundo D'almeida (2006), os acordos de pesca surgiram para resolver o reduzir os conflitos ocorridos nos meios de produção do setor pesqueiro. A validade da regulamentação desses acordos de pesca ainda é muito questionada, mesmo depois da elaboração de um documento no ano de 1997, onde considera os acordos de pesca legalizáveis. Após isso, o Ibama publicou a instrução normativa nº 29 reconhecendo os acordos de pesca como descreve o trecho a seguir:

De acordo com o parágrafo único do artigo 1º dessa instrução normativa mencionada, entende-se por acordos de pesca “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente”. Essa instrução normativa também vai apresentar, em anexo, uma série de procedimentos para a regulamentação “a edição de ato normativo do IBAMA com adoção de regras ou medidas acordadas” (art. 2º parágrafo único). Os critérios para regulamentação dos acordos de pesca pelo IBAMA estão previstos no artigo 1º da instrução normativa. Para a edição da mesma, seguindo as considerações do próprio IBAMA, levou-se em conta entre outros aspectos: a representatividade dos acordos de pesca em termos de redução de conflitos sociais nos cursos das pescarias e a existência de várias portarias que regulamentam acordos de pesca na região amazônica (D'ALMEIDA, 2006, p. 7)

¹ Refere-se a paralização temporária da pesca para preservação das espécies, visando a reprodução e aumento dos estoques pesqueiros.

Para Oliveira (2014), os acordos de pesca representam uma maneira de praticar a atividade pesqueira de forma racional, visando preservar a reprodução das espécies e garantir a produção pesqueira atual e futura, contudo, esse modo de gestão da pesca encontram percalços em sua atuação, como descreve o autor:

A ideia é que as comunidades possam a partir das orientações técnicas e jurídicas desenvolver mecanismos que permitam a otimização de suas atividades, incremento na qualidade de vida, com vistas ao aumento de renda, e com a consequente minimização dos impactos ambientais gerados. Ocorre que nem sempre os objetivos desses acordos são alcançados como o planejado, quer seja por falta de condições técnicas, ausência de recursos financeiros, dificuldades de fiscalização, recusa da população ou descumprimento do papel do Estado, entre outros. O que faz com que esses acordos caiam em descrédito frente algumas comunidades pesqueiras, que se recusam a afirmá-los ou não se dedicam no seu cumprimento. (OLIVEIRA, 2014, P.16)

Entretanto, acordos de pesca no Estado do Pará têm embasamento legal no decreto nº 1.686 de junho de 2021, este estabelece os critérios para a formalização dos acordos em comunidades pesqueiras (BRASIL, 2021).

Em âmbito local o processo de organização e desenvolvimento dos pescadores artesanais de Santarém teve início em 14 de março de 1920 com a fundação da Colônia de Pesca de Santarém, resultado da missão do cruzador José Bonifácio, comandada por Frederico Vilar, encarregado de implantar o programa de nacionalização da pesca e Saneamento do litoral brasileiro. Esta missão apresentou uma índole positiva, mas com o tempo tornam-se subordinados através de estatutos autoritários que delimitam suas funções. Em um ambiente quase de hierarquia militar a direção era ocupada por militares, políticos e empresários, restava ao pescador o papel de controlar e fiscalizar, obstruído de discutir as normas de pescas (LEROY, 1988)

Segundo LEROY (1988) após a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no ano de 1980, os pescadores ficaram entusiasmados em reconquistar sua entidade, com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social (FASE), e também a Catequese Rural. Segundo Gama (2016), a organização dos pescadores artesanais de Santarém logrou na mobilização para formação de uma chapa formada pela classe, que pudesse disputar a eleição para o cargo de direção da Colônia de Pescadores Z-20. Ainda este autor ressalta que a partir da organização dos pescadores viram a importância de tornar a entidade representativa, garantindo a busca por direitos e interesses fundamentais para classe. Tal movimento teve como resultado a legítima representação da Colônia de pescadores Z-20, a partir de então somente por pescadores e pescadoras artesanais.

2.2 A Pesca como Atividade Econômica na Amazônia (Região Norte)

Segundo o IBGE, em 2021 o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas do país no período de um ano, foi de 8,9 trilhões de reais. Assim sendo, o Brasil representava mais de 50% da riqueza da América do Sul em 2021 (CNN Brasil, 2022), porém, mal distribuída não apenas no que tange o nível social como também a nível regional. Claro que regiões mais populosas como o Sudeste é de se esperar possuir um PIB nominal maior, mas o fato da disparidade populacional imensa entre regiões mostra quão o fator histórico econômico contribuiu para diferenças regionais.

Essa desconformidade das cinco regiões do país pode ser constatada no Quadro 1 a seguir do PIB de cada estado da região norte:

Quadro 1 - PIB da região norte por estado – 2021

Estado	PIB (em bilhões de reais)
Acre	16,5
Amapá	18,5
Amazonas	116,0
Pará	216,0
Rondônia	51,6
Roraima	16,0
Tocantins	3,7

FONTE:IBGE 2021

A região norte tem cerca de 8% da população do Brasil, segundo estimativa do IBGE em 2021 (mundoeducação.Uol, 2022) e contribuía em, aproximadamente, 6% de toda a riqueza produzida no Brasil este ano (478,3 bilhões de reais). Dentre as principais atividades econômicas da região se destacam: extrativismo vegetal e animal, agricultura, pecuária e turismo (mundoeducação.uol, 2022).

Desse modo se destaca o extrativismo animal como uma das atividades econômicas que mais contribui para o Produto Interno da região. Dentro dessa atividade econômica está a pesca, subdividida em pesca comercial e pesca artesanal, que possuem uma dificuldade intrínseca para dimensionar precisamente sua participação no PIB total da região. A dificuldade de calcular o PIB dessa atividade econômica na região amazônica se dá por causa que a pesca artesanal não

é praticada na sua totalidade em um mercado formal, principalmente a pesca artesanal (CORREA et al, 2018).

No decorrer dos anos, a pesca comercial vem ganhando espaço em relação a pesca artesanal na importância econômica da região. Por ser mais produtiva, a primeira, focada estritamente demanda de grandes mercados, cresceu relativamente mais do que o crescimento econômico da região nos últimos tempos, os focos nos grandes mercados atraíram e atraem grandes investimentos nacionais e internacionais, tornando esse setor da pesca cada vez mais produtivo e, portanto, economicamente mais relevante para Amazônia (CORREA et al, 2018).

Por outro, o crescimento econômico da pesca comercial tem causado êxodo maciço de mão de obra de várias atividades econômicas da região, sobretudo de ribeirinhos que trabalhavam na agricultura e na pecuária, migrando para pesca comercial. Consequentemente e gradativamente, o perfil do pescador da região vem mudando para características mais profissionais, ocasionando, pouco a pouco, uma alteração cultural das regiões amazônicas em que essa atividade econômica ganha força (ISAAC et al, 1996).

A pesca artesanal, tema central deste trabalho, em 2009, graças a estimativas de análises dos números de tratados acadêmicos anteriores sobre o esse assunto, cálculos aproximados estimativa que a renda total dessa atividade foi de 1,9 bilhões de reais, gerando cerca de 160.000 empregos diretos e indiretos na região norte (ALMEIDA et al, 2010).

Segundo o IBGE, em 2009 o PIB da região norte foi de, aproximadamente, 163,2 bilhões de reais. Fazendo uma relação simples, pode ser concluído que a pesca artesanal participou de, aproximadamente, 1% de toda a riqueza gerada na região naquele ano. Globalmente é pouco, mas se for analisado friamente, uma atividade tradicional, isto é, uma atividade sem uso de máquina e equipamentos modernos, que gera uma renda de quase dois bilhões de reais (nos dias atuais provavelmente a renda é maior nominalmente) e produz dezenas de milhares de empregos, mesmo nesses tempos modernos e paulatinamente mais progressista, uma atividade tradicional produzindo um produto tão significativo, mostra quão é vocacional a pesca artesanal na região norte (IPECE, 2011).

A região norte é o território do planeta com a maior reserva de água doce do mundo, toda essa reserva de rios e lagos guarda uma quantidade imensa de espécies de peixes, salientando o potencial econômico da atividade pesqueira para região norte. Óbvio que existe, apesar da grande quantidade de peixes presentes na região, um perigo de extinção de espécies se, como está acontecendo, um aumento acelerado de capturas das espécies de peixes em virtude da expansão da pesca comercial na região, por isso, faz necessário políticas públicas como o

período defeso para pesca artesanal e proibição ou multa pesada por capturas de espécies ameaçadas para impelir a pesca comercial desgovernada (ALMEIDA et al, 2010).

3.1 A Região Amazônica Brasileira e a Comercialização do Pescado no Porto dos Milagres.

A região da Amazônia brasileira é formada por nove estados: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia, quase a totalidade do Tocantins, a parte norte do estado Mato Grosso e a parte Oeste do estado do Maranhão. Totalizando uma área próxima a seis milhões de quilômetros quadrados, isto é, cerca de dois terços do território do Brasil (AGUIAR, RIBEIRO & VIANA, 2021).

A população da região amazônica brasileira é de, aproximadamente, 22 milhões de habitantes (2020). Sendo que mais de 60% vivem área urbana. As duas principais cidades da região, Manaus e Belém, possuem mais de 1,5 milhão de habitantes cada uma (AGUIAR, RIBEIRO & VIANA, 2021).

Segundo Diegues (1994), antes da década de 1960 essa região era considerada vazia demograficamente e sem empreendimento econômico. O que levou os governos militares investir pesadamente em grandes projetos de infraestrutura e incentivos fiscais com o intuito de povoar essa região, garantindo, segundo o pensamento da alta cúpula do governo do regime militar, a soberania brasileira na região. Este autor dá ênfase a três principais projetos do Regime militar para desenvolver economicamente a região amazônica: Rodovias, Projeto Grande Carajás e Zona Franca de Manaus (DIEGUES, 1994).

As grandes rodovias a partir da década de 1960 foram implementadas com o propósito de interligar a Amazônia a outras regiões do país, principalmente com a região Sul e com a região Sudeste. As principais rodovias construídas nessa época foram: a Belém – Brasília, a Cuiabá – Santarém, a rodovia Transamazônica e a rodovia Manaus – Porto Velho.

Com o diagnóstico da existência de imensa quantidade de minérios valiosos e de metais preciosos, o governo brasileiro, junto com grandes empresas multinacionais, executou um o projeto Grande Carajás. Este projeto tornou o Brasil um dos grandes exportadores de minérios no mundo, porém, com base em vários estudos, este grande empreendimento trouxe uma extremidade negativa para o meio ambiente da região (DIEGUES, 1994).

A teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de François Perroux foi usado como base para a criação do projeto da Zona Franca de Manaus e logo depois do polo industrial de Manaus. Este projeto consistiu em atrair grandes empresas para essa área, outrora pouco

povoada, com o intuito de promover uma maior integração da Amazônia com outras regiões do país. Embora bem sucedida naquilo que se propôs inicialmente, este projeto recebe críticas por não respeitar o princípio da produtividade e do menor custo marginal, sendo, segundo os críticos, uma das razões da crise da atividade industrial atual do Brasil.

Esses grandes empreendimentos, junto com outros, trouxeram modernidade em algumas áreas da região amazônica, diminuindo os custos de transportes e, conseqüentemente, de produção da região. Porém, a maior área da região, apesar de se beneficiar dos menores custos de produção, ainda dependem das atividades econômicas tradicionais, como: extrativismo mineral e vegetal, beneficiamento, pesca tradicional entre outras atividades (DIEGUES,1994).

A pesca artesanal é um exemplo de atividade econômica tradicional bastante relevante da economia local. Comercialização do pescado artesanal, como já supracitada, é uma importante atividade econômica para municípios localizados no interior da Amazônia. Sendo bastante relevante principalmente para moradores do ribeirão da Amazônia (AGUIAR, RIBEIRO & VIANA, 2021)

Em Santarém, sendo um município localizado no interior do Pará, a cidade mais importante do interior da Amazônia, não é diferente, a comercialização da pesca tradicional exerce um papel importante para atividade econômica desse município. Dentre os mercados de comercialização da pesca tradicional em Santarém o mais destacado é a Feira do Pescado administrados pela Colônia do Pescadores e pescadoras da Z-20.

Um dos locais de comercialização administrados pela Z- 20, é realizado no Porto dos Milagres, localizado no Bairro do Uruará, representa uma parte significativa da comercialização da pesca tradicional na região de Santarém.

A comercialização dos pescadores da Z-20 no Porto dos milagres, segundo pesquisa feita deste trabalho e que se encontra no apêndice do mesmo, contando com 108 pescadores sócios nesta associação (2019). Anualmente, segundo os dados coletados em 2019, a quantidade comercializada no Porto dos Milagres gira entorno de um intervalo de, aproximadamente, 92,5 a 96 toneladas de pescado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo é apresentada como foi realizado este trabalho, assim como, o modo que foram realizadas a pesquisa de campo, e as pesquisas bibliográficas.

Fonseca (2002) diferencia pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para ele, a primeira diz respeito as pesquisas feitas através de trabalhos acadêmicos já publicados, revistas científicas, sites oficiais, entre outros meios com referências teóricas analisadas cientificamente. Ainda para este autor a segunda diz respeito a pesquisas feitas com bases na primeira ancorada em intervenções feitas através de entrevistas e/ou questionários justos a indivíduos ligados de algum modo ao estudo.

3.1 Caracterização do Mercado Porto dos Milagres.

A pesquisa foi realizada no Mercado Porto dos Milagres, localizado na área periurbana do Município de Santarém, no bairro do Uruará. Este bairro é estrategicamente localizado as margens do rio Amazonas, o que permitiu o desenvolvimento da comercialização do pescado no bairro.

Imagem 1 – Localização do Mercado do Porto dos Milagres.



Fonte: Google Maps.

Antes apresentava características naturais de várzea em boa parte da área pertencente ao bairro, cuja atualmente passou pelo processo de urbanização da obra do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), do Governo Federal. Segundo alguns entrevistados, o núcleo de base da Z-20 foi fundado entre os anos de 1985 e 1986, onde algumas reuniões eram realizadas em residências, e somente no ano de 1999, que após muita luta pelos próprios associados foi construída um mercado de madeira que funcionava tanto para comercialização como também sede dos pescadores, onde uma vez no mês realiza-se uma assembleia. Somente em 2009, através das construções do Programa de Aceleração do crescimento, foi construído um mercado para comercialização do pescado, com estrutura adequada dentro dos padrões de higiene sanitária. Como já supracitado neste trabalho, mesmo com todas essas melhoras no local para venda, ainda sim a mesma é efetuada de forma tradicional, ou seja, dentro das canoas.

3.2 Tipos de Pesquisas e Coletas de Dados.

Como já supracitado a pesquisa foi concretizada de duas formas: pesquisa de campo e pesquisas bibliográficas.

Na pesquisa de campo, também chamada de fonte primária, no caráter da objetividade da mesma, através de um questionário preestabelecido, onde foram feitas perguntas variadas sobre as condições socioeconômicas aos entrevistados: renda, condições de trabalho, condições da moradia entre outras, como defini Fonseca (2002), este modo de pesquisa dá-se o nome de exploratória. Foram selecionadas uma amostra de 33 entrevistado por estatística de conveniência de um universo de 108 pescadores artesanais ativo na colônia de pescadores Z-20 em 2019, que comercializam no Porto dos Milagres, e para complemento do trabalho foi realizado uma entrevista com o Diretor de Patrimônio Pessoal e Finanças da Colônia de Pescadores Z-20, o Sr. José Edinaldo Rocha da Silva. Afim, de responder questões sobre o nível de organização dos pescadores artesanais através da Z-20.

Para realização da pesquisa de campo, os pescadores e pescadoras do Porto dos Milagres, receberam um documento chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que tem a finalidade de garantir os direitos e deveres como participante, elaborado em duas vias, uma que fica com o entrevistado, outra com o pesquisador.

Como esta pesquisa também se interpela as condições socioeconômicas dos moradores e a descreve, segundo Fonseca (2002), pode-se concluir que a pesquisa realizada é de objetivo exploratória descritiva.

Para embasar a pesquisa de campo, na pesquisa bibliográfica, fonte secundária, foram utilizados artigos científicos, revistas científicas especializada, Institutos Oficiais, jornais entre outros meios fidedignos que tangem o tema da pesca artesanal para a construção do arcabouço teórico do presente trabalho.

Por falta de dados oficiais sobre a participação econômica dessa atividade, pesca tradicional, tanto no âmbito regional como local, foram utilizados acervos bibliográficos científico para, de alguma forma, suprir ou minimizar a falta de dados oficiais do presente ano realizado da pesquisa do trabalho.

Sobre a abordagem da pesquisa do trabalho, por conter dados em tabelas e resumos estatísticos, como, também uma abordagem subjetiva e cultural dos pescadores entrevistados, se conclui que quanto a abordagem está pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa.

Quanto as etapas de realização do trabalho, pode ser dividido em três fases principais:

A primeira parte tratou da pesquisa bibliográfica sobre a pesca artesanal, artigos científicos, trabalho de conclusão de curso, revistas científicas. Depois foram agregados os trabalhos científicos mais estimados subjetivamente para a formação do arcabouço teórico do trabalho;

A segunda parte foi a elaboração do questionário para intervenção junto a amostra dos pescadores que comercializam no Porto dos Milagres. Aplicação do questionário e tabulação duos dados adquiridos com entrevista;

Na terceira fez-se a junção e organização do arcabouço teórico com a tabulação dos dados adquiridos com as entrevistas junto a amostra. Esta fase foi organizada o trabalho escrito nas normas da ABNT, dialogando com o arcabouço teórico com os dados tabulados.

A amostra representa cerca de 36% da população pesquisa, o que é muito representativo estatisticamente. Como já supracitado a amostra foi feita por conveniência, isto é, o conjunto amostral foi selecionado de forma que a intervenção fosse feita no melhor momento para o entrevistado O que permitiu uma boa análise dos resultados apresentada no tópico abaixo.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização do Perfil Socioeconômico do Pescador Artesanal que Comercializa seu Produto no Mercado do Porto dos Milagres.

Dentre a amostra dos 33 (Tabela 1) os pescadores e pescadoras artesanais selecionados que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres, aproximadamente 85% são do sexo masculino, enquanto 15% são mulheres, como corrobora Vaz (2016) esta é uma tendência na atividade pesqueira. Englobando as famílias desses pescadores, cerca de 130 pessoas dependem dessa atividade para auferir total ou parcialmente renda econômica.

Tabela 1: Proporção por sexo dos entrevistados.

Sexo	Qtde	Percentual
Masculino	28	85%
Feminino	5	15%
Total	33	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange a escolaridade dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres, se observa a baixa escolaridade entre a esmagadora maioria dos pescadores, essa mesma observação é ratificada por Souza (2017, p.44) “[...] ressalta-se, portanto, que em diversos estudos que investigaram o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais, a escolaridade foi considerada muito baixa. [...]”. Segundo a pesquisa de Souza cerca de 82% dos pescadores não completaram o ensino fundamental, enquanto apenas 12% possuem o ensino fundamental completo e 6% o ensino médio completo.

Estratificando esta amostra em intervalo de idades dos pescadores mostrada no Quadro 2 constata-se que os mais novos possuem uma média de escolaridade maior, enquanto os pescadores do intervalo com idades mais avançadas possuem uma média de escolaridade menor. Cerca de 67% dos pescadores de idade entre 25 a 40 anos não completaram o ensino fundamental. Dos pescadores em intervalo de idade entre 41 a 50 anos todos não completaram o ensino fundamental, enquanto 99% dos pescadores de idade entre 51 a 61 não completaram o ensino fundamental e 1% desta faixa etária se declarou analfabeto. Verifica-se uma similaridade, porém com uma ligeira melhora se comparar com a pesquisa do trabalho de Souza (2017).

Portanto, acerca da escolaridade dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres, todos os que terminaram tanto o ensino fundamental e também o ensino médio estão na faixa etária de 25 a 40 anos. Desta faixa etária cerca de 26% possuem o ensino fundamental completo e 13% possuem o ensino médio completo. Outra conclusão que se chega usando nesta amostra é que a faixa etária desses pescadores fica no intervalo mínimo de 25 anos e máximo de 61 anos.

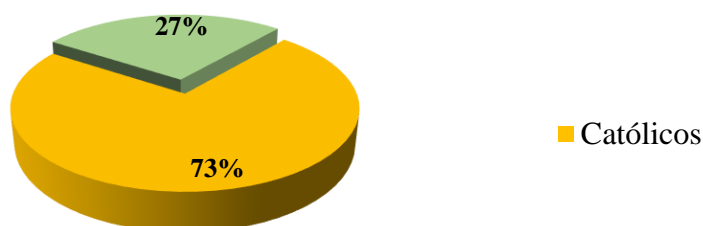
Quadro 2: Nível de escolaridade e Faixa Etária dos pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.

Grau de Escolaridade	Idade					
	25 - 40	%	41 - 50	%	51 - 61	%
Ensino Fund. Incompleto	10	67%	8	100%	9	99%
Ensino Fund. completo	0	0%	0	0	0	0
Ensino Médio. incompleto	2	13%	0	0	0	0
Ensino Médio. completo	2	13%	0	0	0	0
Semi-alfabetização	0	0%	0	0	0	0
Analfabeto	0	0%	0	0	1	1%
Não respondeu	1	7%	0	0	0	0
Total	15	100%	8	100%	10	100%

Fonte: Autor (2022)

Conforme o Gráfico 1 dados sobre a religião dos pescadores da amostra cerca de 73% dizem seguir a fé católica enquanto 27% dizem ser evangélicos, isto é, todos nesta amostra são cristãos. Os números gerais da divisão religiosa no Brasil, segundo pesquisa Datafolha de dezembro de 2020, publicado no jornal folha de São Paulo em 13/11/2020, mostra uma discrepância dos números de católicos (50%) e uma similaridade com os números de evangélicos (31%), quando relacionado a pesquisa do jornal com a pesquisa da presente monografia.

Gráfico 1: Divisão de crenças dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.



Fonte: Autor (2022)

No Quadro 3, os dados revelam que 88% dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres possuem casa própria, enquanto 6% moram de aluguel e outros 6% moram em casas cedidas. Destas casas 82% são de alvenarias, 9% são mistas (alvenarias e madeira) e os outros 9% restantes são de madeira.

Sobre o serviço de esgoto, a pesquisa revela que apenas 5 das residências de pescadores (todas casas de alvenarias, representando cerca de 18,5% das casas feitas desse material) são atendidas pelo serviço de rede de esgoto da prefeitura de Santarém-Pa.

Nota-se, portanto, que 85% das residências dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres não são atendidas pelo serviço de tratamento de água, que é feito no sistema de saneamento em funcionamento no bairro, sendo que os 15% atendidos estão dentro do projeto PAC, revelando a incapacidade da prefeitura local de atender esses moradores com um serviço essencial. De acordo Sousa (2017, p. 46) “As condições de esgotamento sanitário neste bairro mostram a fragilidade existente no fornecimento adequado dos serviços de saneamento básico pelo governo municipal [...]”.

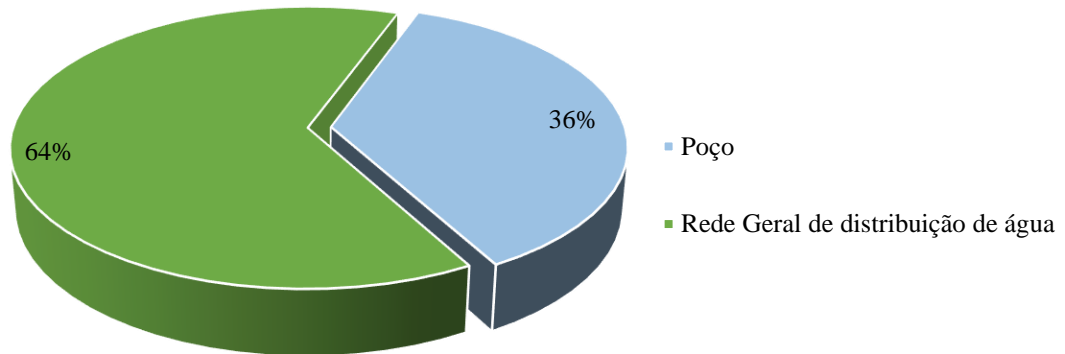
Quadro 3: Estrutura das moradias e as formas de esgotamento sanitário utilizados pelos pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.

ESTRUTURA DA MORADIA	ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
	REDE DE ESGOTO OU PLUVIAL	%	FOSSA SÉPTICA	%	TOTAL
Alvenaria	5	15%	22	67%	27
Madeira	0	0%	3	9%	3
Mista	0	0%	3	9%	3
Total	5	15%	28	85%	33

Fonte: Autor (2022)

No gráfico 2, nota-se que a grande maioria, 87%, é atendida pelo serviço público de abastecimento de água (microsistema), enquanto 17% possuem poço artesiano. Estes números divergem do observado por Souza (2017), onde a pesquisa em questão revela que 95%, até então, obtinham o serviço de água de poços. Por se tratar de localidades com similaridades nas pesquisas supracitadas, pode se concluir que houve um melhoramento bastante significativo, no que tange a quantidade de pessoas atendidas pelo serviço de abastecimento de água no intervalo de tempo entre as duas pesquisas.

Gráfico 2: Abastecimento de água dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres.



Fonte: Autor (2022)

O Quadro 4 traz informações bastante relevantes sobre a atividade pesqueira dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres. Ela mostra o tempo de serviço e como esses pescadores veem a pesca, no que tange a atividade econômica primordial destes. Nota-se que, aproximadamente, 66% destes pescadores estão há mais de vinte anos nessa atividade econômica, enquanto 34% estão nessa atividade entre sete e vinte anos.

Quadro 4: Tempo de Serviço dos pescadores artesanais que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres que tem na pesca a sua principal ocupação.

TEMPO DE PROFISSÃO	PESCA COMO PRINCIPAL OCUPAÇÃO			
	SIM	%	NÃO	%
7 - 20 anos	12	34%	0	100%
Mais de 20 anos	21	66%	0	-
TOTAL	33	100%	0	100%
	TEM OUTRA OCUPAÇÃO ALÉM DA PESCA			
	SIM	%	NÃO	%
TOTAL ENTREVISTADOS	6	18%	27	82%
	6	100%	27	100%

Fonte: Autor (2022)

Outra informação bastante relevante vista no Quadro 4 é a quantidade de pessoas que têm a pesca como a principal atividade econômica, cerca de 100% dos entrevistados têm a pesca como atividade econômica principal. Sendo que quando perguntado se exercem outra atividade remunerada 18% disseram ter outra ocupação para complementar a renda da pesca, e 82% exercem apenas a atividade da pesca. Logo, corroborando com os achados na pesquisa de Souza

(2017), se percebe a grande importância econômica da atividade da pesca artesanal para o município de Santarém.

Relacionando o tempo de serviço e o rendimento dos pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres, informação encontrado (Quadro 5), pode inferir que 52% trabalham cinco dias semanais e 48% trabalham seis dias. No que tange comparação com a pesquisa de Souza (2017), 50% dos pescadores desta pesquisa trabalhavam até cinco dias semanais e outra metade trabalhavam acima de cinco dias semanais.

Sobre o rendimento dos pescadores, os dados revelam que, aproximadamente, 12% possui rendimentos mensais inferior ao salário mínimo de 2019 (ano da pesquisa), cerca de 48% auferem rendimentos em torno de um salário mínimo mensal de 2019. Logo, 52% possuíam um rendimento acima de um salário mínimo de 2019, porém, apenas 9% detinham rendimento mensais acima de dois salários mínimos. Segundo a matéria do G1 de 20/11/2019 o rendimento médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 2213,00, baseado nesta informação se deduz que todos os pescadores da amostra da deste trabalho possuíam rendimentos abaixo da média do trabalhador brasileiro, revelando as dificuldades econômicas enfrentadas pelos pescadores da pesquisa.

Quadro 5: Tempo destinado para atividade da pesca artesanal e o rendimento semanal.

Renda média semanal	Trabalha quantos dias na semana				TOTAL	
	6 dias	%	5 dias	%	Pessoas	%
	16	48%	17	52%	33	100%
Rendimento em média por semana						
	6 dias	%	5 dias	%		
R\$ 250,00	2	12%	2	12%		
R\$ 300,00	7	46%	5	28%		
R\$ 350,00	1	6%	2	12%		
R\$ 400,00	4	24%	2	12%		
R\$ 450,00	1	6%	4	24%		
R\$ 500,00	1	6%	2	12%		
TOTAL	16	100%	17	100%		

Fonte: Autor (2022)

Os pescadores que trabalham cinco dias semanais possuem, em média, um rendimento maior em relação aos que trabalham seis dias semanais, isto é, por diversas razões que vai além da pesquisa feita, são mais produtivos. Aproximadamente 36% dos pescadores que dedicam 5 dias para atividade da pesca artesanal auferem rendimentos superiores a R\$ 1600,00 reais

mensais, essa faixa de rendimento mensais é atingida apenas por 12% dos pescadores que trabalham seis dias mensais. Outra informação que podemos deduzir é que os rendimentos dos pescadores que dedicam mais tempo para a pesca são ligeiramente mais homogêneos.

O período do defeso é o período do ano que mais os pescadores enfrentam dificuldades econômicas, por questões legais a produção pesqueira sofre uma redução significativa, consequentemente os rendimentos dos pescadores caem na mesma proporção. Souza (2017) pondera:

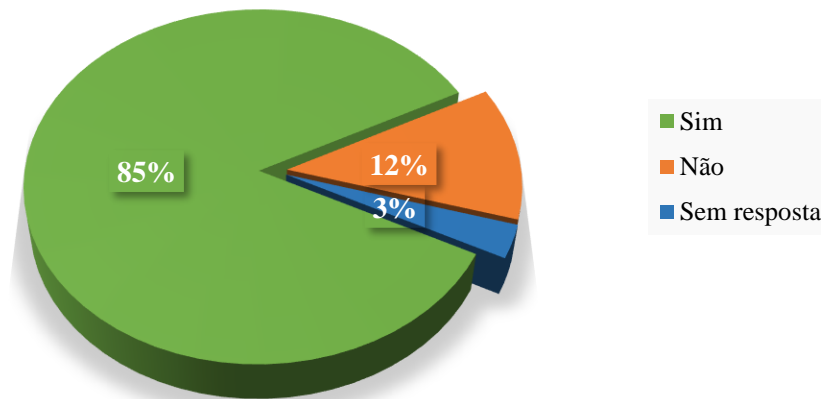
[...] Existem ainda as diferenças de renda entre os períodos de safra e entressafra do pescado que pode interferir, diretamente, no rendimento dos pescadores artesanais. Segundo os dados obtidos na pesquisa do referido autor, essa variabilidade na renda dos pescadores, em alguns casos, pode alcançar R\$1.000,00 ao mês no período de safra do pescado e no período de baixa temporada, cai bruscamente para R\$150,00 por mês (SOUSA,2017, p. 49).

Gráfico 3: Porcentagem de pescadores com dificuldade no período de Defeso



Fonte: Autor (2022).

Gráfico 4: Porcentagem de pescadores que recebem seguro defeso.



Fonte: Autor (2022).

Dos pescadores entrevistados na pesquisa 94% deles relatam dificuldades econômicas no período do defeso, pois perdem rendimentos relevantes nesse período do ano. Outro dado importante (gráfico 4) é que 85% completam a renda com o auxílio defeso do governo, nesse período específico. Porém, 15% não recebem esse auxílio do governo, revelando a ineficiência do governo para suprir essa dificuldade dos pescadores da amostra, e outro motivo dos entrevistados não receber o benefício esbarra na questão da não apresentação de documentos com os órgãos competentes, como também na CP Z-20

4.2 Descrição da Produção Pesqueira do Porto dos Milagres: Mercado e Comercialização.

A pesquisa desta monografia usa uma amostra, bastante significativa, de 33 pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres e pescam de forma artesanal, isto é, usam artefatos considerados de baixa tecnologia, matérias estes fabricados pelos próprios pescadores, Sousa (2017) chega a está mesma conclusão.

Dos 33 pescadores artesanais da amostra que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres a grande maioria pescam em lagos. Os lagos citados pelos pescadores foram: lago do Maicá, lago da Taparí, lago do Pacoval, lago do Santíssimo, lago da Zona França, lago do Catauarí, lago de Monte Alegre e lago Verde. Alguns pescadores que comercializam no Mercado do Porto dos Milagres pescam em rios (nessa amostra uma pequena minoria) como Ituquí e Amazonas.

Segundo os pescadores artesanais da pesquisa essas áreas são utilizadas para a pesca por dois motivos principais: a proximidade das residências dos pescadores, pois diminui custos de transporte e armazenamento do pescado; e a abundância e variedades do pescado nessas localidades.

A baixa produtividade da classe de pescadores artesanais, esbarra em questões puramente financeiras para custear alto custo de uma produção em maior escala. Segundo Sousa 2017, p. 51. “[...] beneficiamento e estocagem do produto, porém, essa prática não é considerada pelos pescadores, dado os altos custos de manutenção, os quais inviabilizam o seu processo de produção [...]”.

Sousa (2017) prossegue e argumenta:

“Esta é uma dificuldade que poderia ser mitigada com o pleno funcionamento do CIPAR inaugurado, em junho de 2016, porém sem funcionamento. Com essa estrutura os pescadores capturariam uma quantidade maior de pescado durante o período de safra, suprindo a escassez do Produto no período de defeso. (SOUSA, 2017, p. 51).

Sobre a comercialização, na Feira do Pescado do Porto dos milagres é direcionada principalmente para os moradores do bairro Uruará e bairros adjacentes. Um diferencial desse mercado e a venda do pescado na cambada, como mostra a (Imagem 2) e o preço varia de acordo com a quantidade e espécie. A causa da variação dos preços vendido nesse local vem da demanda relativa das espécies comercializada. Sendo que, pacu e aracu por possuírem uma demanda menor a cambada dessas espécies possui o preço menor, enquanto a tucunaré e tambaqui por possuírem a demanda maior o preço da cambada é mais alto.

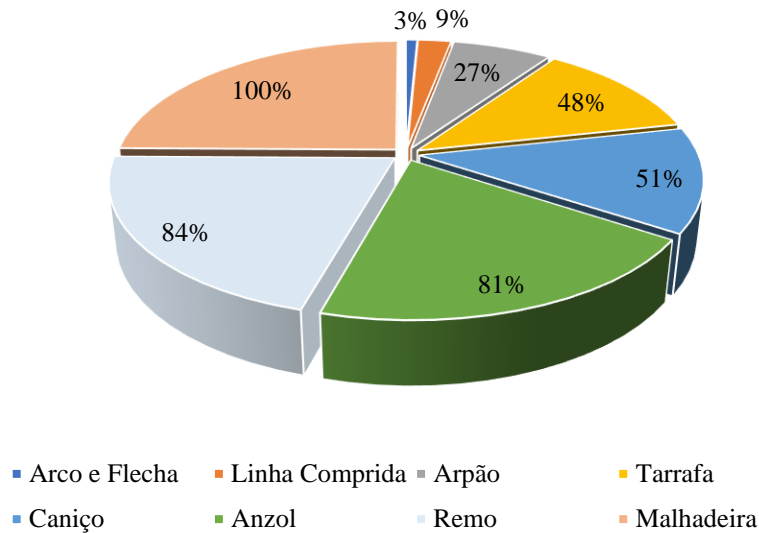
Imagem 2: Venda do pescado na cambada no Mercado do Porto dos Milagres.



Fonte: Do autor.

Ainda sobre a comercialização do pescado no Porto dos Milagres, observa-se que a venda é feita de forma direta sem a participação de atravessadores, mas relataram que os mesmos comercializam pescados de qualidade inferior, torna-se um problema a classe que procurar comercializa seu peixe natural, ou com poucas horas armazenado no gelo. A grande maioria das vendas são feitas quando peixe ainda se encontra nas embarcações dos pescadores ou vendidos nas ruas do bairro do Uruará.

Todos os pescadores entrevistados usam malhadeiras nas atividades pesqueiras. 84% desses pescadores usam remo, enquanto 81% desses usam anzol como artefatos para pesca.

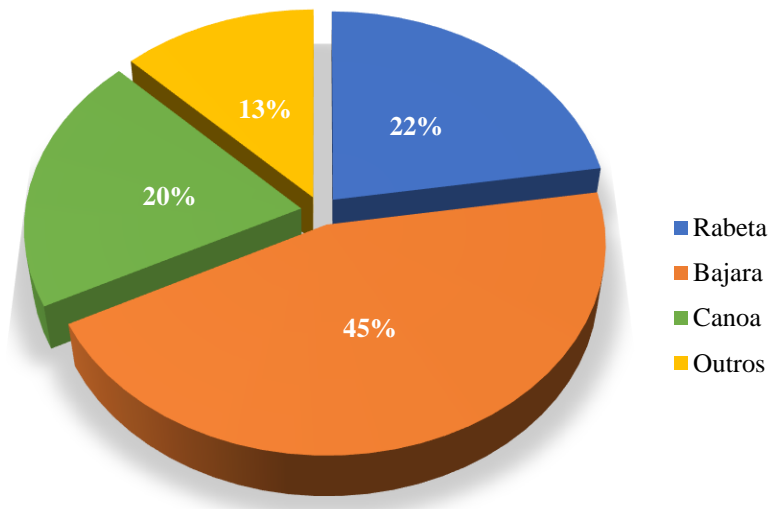
Gráfico 5: Artefatos para pesca.

Fonte: Autor (2022).

No gráfico 5, os artefatos caniço (51%) e tarrafa (48%) são bastante usados pelos pescadores da mostra. Sousa (2017) observa que há semelhança entre os artefatos usados para a pesca entre os pescadores da amostra quando comparados aos pescadores do nordeste paraense, onde Souza (2017) observa que 62% destes pescadores usam malhadeiras e/ou tarrafa em pesca artesanal.

Segundo Souza (2017) a distância é predominante para a escolha do uso das embarcações na pesca artesanal, quanto maior a distância do local de pesca maior é a necessidade de uso de embarcações motorizadas, logo, quanto menor é a distância que o pescador usa para exercer a atividade pesqueira maior é a probabilidade do uso de embarcações manuais.

Na presente monografia (Gráfico 6) os dados revelam que 23% e 45% dos pescadores usam embarcações de pequeno porte motorizadas (rabeta e bajara respectivamente), portanto, mais de dois terços dos entrevistados pescam longe das residências, com o objetivo de fugir da concorrência de outros pescadores e conseguir uma maior produtividade. Enquanto, 20% pescam de Canoas, usando força manual, o que conclui que pescam em lugares próximos.

Gráfico 6: Tipos de embarcações.

Fonte: Autor (2022).

Tanto em Souza (2017) como na presente monografia não existe uso de embarcações de arrasto. Segundo Souza (2017) as embarcações de arrasto usam técnica onde as redes de arrasto são presas e puxadas pelas embarcações que atua no fundo do lago. “Essa forma de pescar é amplamente condenada e proibida em vários lugares”. (SOUZA, 2017, p. 51).

Souza (2017) argumenta que os pescadores artesanais do Maicá, observado também na amostra da presente monografia, são sensíveis quanto preservação das espécies de peixes, garantindo a sobrevivência das espécies para as futuras gerações e o equilíbrio do ecossistema.

Como supracitado existem espécies de peixes mais demandadas pelo consumidores e, conseqüentemente, com o preço maior, visto no (Quadro 6) logo, faz necessário, além de uma embarcação motorizada, que proporciona vantagem nos meios de produção, os pescadores artesanais precisam possuir profundo conhecimento da área e do ecossistema da região onde é praticado a atividade pesqueira, pois este tipo de atividade econômica exige uma sintonia com o lugar onde é exercido a pesca, em razão de, o pescador precisa saber com exatidão o melhor período de pesca para cada espécie.

Sobre as variedades de espécies de peixes mais vendidos pelos pescadores da amostra, destaca-se: Pacú (*Piaractus Mesopotamicus*) Aracú (*Leporinus freiderici*), pescada (*Cynoscion Leiarchus*), dourada (*Salminus brasiliensis*), tucunaré (*Cilus oceallaris*), acari (*Hypostuomus affinis*) e curimatã (*Prochilodus argenteus*).

Quadro 6: As espécies de peixes mais vendidos pelos pescadores da amostra semanalmente.

Espécies - Kg/semana	Média de Kg/semana de cada pescador
Pacú	20 - 300kg
Aracú	20 - 80kg
Pescada	20 - 70kg
Dourada	15 - 80kg
Tucunaré	15 - 50kg
Acarí	10 - 200kg
Curimatá	10-250kg
Total entrevistados	33

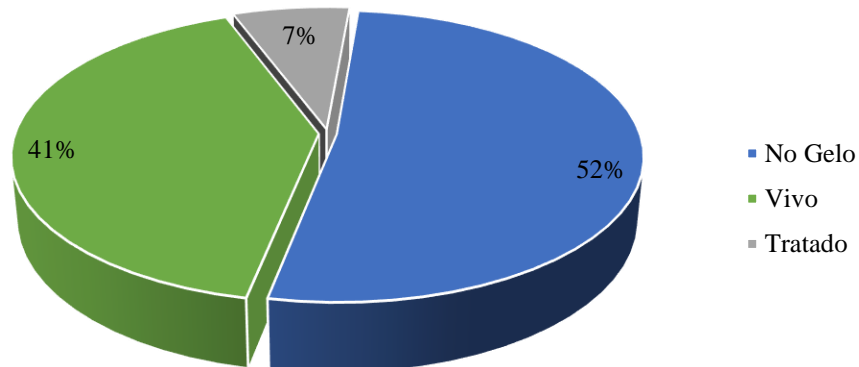
Fonte: Autor (2022).

No (Quadro 6) verifica-se que existe um grande intervalo de quilos vendidos por cada pescador por semana, este intervalo é explicado pela habilidade comercial e quantidade pescada por cada pescador da amostra. O maior intervalo observado na amostra, sobre a venda de espécies de peixe de cada pescador da amostra semanalmente é de Pacú, o pescador que vende em média menos ficar entorno de 20kg semanal enquanto o melhor vendedor vende cerca de 300kg. Acarí, curimatã também possuem disparidades bastante elevadas entre os vendedores, 10kg a 200kg e 10kg a 250 kg respectivamente. A espécie que possui a menor disparidade de venda entre os pescadores da amostra é o tucunaré, 15kg a 50kg, explicado pela dificuldade de captura dessa espécie como também o maior preço em relação as duas primeiras espécies de peixes destacadas.

Como já supracitado a grande parte comercialização é feita, sobretudo, ainda nas embarcações e em pontos de venda no bairro do Uruará, provavelmente, por causa preferência do consumidor por peixes frescos e uma demanda relativamente aquecida.

Observa-se no gráfico 7 que 52% dos peixes vendidos são comercializados no gelo, ou seja, em tese leva algumas horas para poder ser comercializado, enquanto 48% são vendidos ainda vivos, mostrando a grande demanda desse mercado.

Gráfico 7: Comercialização dos peixes.



Fonte: Autor (2022).

Uma relevante observação feita durante o período do defeso, que compreende o ínterim de tempo de novembro a março, muitos pescadores, pela redução da renda causado pelo defeso, exercem outra atividade econômica para completar a renda, dentre a construção Civil é a mais procurada.

4.3 Identificação do Processo Organizacional dos Pescadores Artesanais.

Segundo Ramalho (2014), em âmbito nacional a organização da pesca artesanal é de competência do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com sua criação passou a ter papel de articulação políticas para produção pesqueira. Na esfera estadual, o Estado do Pará é representado pela Secretaria Executiva de Estado de Agricultura – SAGRI, que tem como responsabilidade a gestão compartilhada do setor e também pelo desenvolvimento da pesca e aquicultura no Estado. Regionalmente a pesca artesanal é representada através da Associação Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas – MOPEBAM, composta por 13 colônia de pescadores, e dentre os interesses da entidade está oferecer melhores condições de vida e meios de produção, organização, e principalmente fortalecimento para defesa do meio ambiente (MOPEBAM, 2023).

A Nível local, o processo de organização dos pescadores e pescadoras em Santarém, iniciou em 14 de março de 1920 com a fundação da colônia de pescadores Z-20. A governança da instituição está estruturada administrativamente em quatro diretorias: Diretoria de

Assistência Social, Diretoria de Pessoal e Patrimônio, Diretoria de Organização Social e Meio Ambiente e Diretoria de Relações Públicas, além de um conselho fiscal e oito conselhos de pesca. Os associados votam em assembleias gerais para a escolha de membros que integrarão a diligência dos órgãos da Z-20 para um mandato de quatro anos. (MARINHO, 2020).

Segundo o diretor de Patrimônio Pessoal e Finanças da colônia de pescadores A Z-20 integra 119 comunidades, divididas entre as regiões urbana, ribeirinhas, planalto e eixo forte. Das 119 comunidades, dentre estes 101 estão localizados na região de rios. Existem oitenta e oito núcleos de bases nas comunidades, destas, dez regiões são regiões de pesca, porém, no momento, existem apenas oito conselho Regional de Pesca atuantes instituídas

No que tange os conselhos Regionais de pesca, estas possuem as próprias normas e portarias inerentes. No momento atual os conselhos estão localizados em: Lago Grande, Arapixuna, Zona urbana em Santarém, Maicá, Tapará, Ituquí, Aritapera e Urucurituba. Apesar de estar dividida em dez regiões de pesca, a Z-20 possui, como já dito, oito conselhos ativo. (MARINHO, 2020).

A Z-20 possui oitenta e quatro coordenadores de área, referentes às áreas nomeadas pelos conselhos de pesca. No dia quinze de cada mês os conselhos se reúnem na sede da Z-20. No dia 29 de junho, não por coincidência em meio às festividades de São Pedro, padroeiro dos pescadores segundo a religião católica, ocorre a assembleia geral da Colônia de pescadores. (MARINHO, 2020).

O senhor José Edinaldo Rocha da Silva, relata ainda que a Z-20, atualmente, possui, aproximadamente, 5600 sócios, e deste total apenas 4033 (72%) estão ativos, ou seja, com a carteira do Registro Geral da Pesca (RGP) em dias, para o processo de filiação na Colônia de Pescadores Z-20, o indivíduo precisa se autodeclarar pescador artesanal e participar de, no mínimo, três reuniões consecutivas na comunidade a que ele pertence. Após este início, o indivíduo precisa ser reconhecido como pescador artesanal pela comunidade a que ele pertence e após a ata da reunião de reconhecimento do indivíduo como pescador artesanal, este poderá se apresentar a sede da Z-20 para a sua filiação nesta instituição.

Já filiado, o indivíduo adquire direitos e obrigações inerentes de associado da Z-20, como, por exemplo: contribuição mensal à colônia, taxa anual ao INSS, dando direito de uma carteira de identificação da colônia, que dará respaldo para se apresentar como pescador artesanal e dando direito a usufruir de alguns convênios de serviços firmados pela Z-20. (MARINHO, 2020).

Com os documentação e os trâmites seguidos corretamente junto ao ministério de Assistência Social e o Ministério da Cidadania, o cadastro do pescador artesanal será anexado

ao INSS, dando o direito a este pescador o direito de receber o seguro defeso, após cumprir um prazo de carência de doze meses. Na região de Santarém o período de defeso abrange o período do ano que vai dos meses de 15 de novembro à 15 de março. Os direitos do pescador que cumpre os requisitos se estendem para além do seguro defeso, como direito à licença maternidade e à aposentadoria especial por idade, ainda terá direito a auxílio-doença e pensão por morte. A assessoria jurídica da Z-20 é responsável pelo andamento de todos esses processos listados acima. (MARINHO, 2020).

O pescador artesanal ainda precisará se cadastrar no PIS, na Receita Federal e adquirir um NIT (Número de inscrição do trabalhador) do Ministério do Trabalho para a facilitação da aposentadoria do pescador artesanal. Existe uma obrigação de que anualmente no mês do aniversário do pescador ou em até sessenta dias deste período, o pescador exponha o relatório de atividade de pesca dele. Este relatório é encaminhado para a Secretaria Estadual de Pesca. Não apresentando o relatório no prazo de sessenta dias o pescador poderá perder o registro na Z-20, o devedor do relatório só poderá quitar a situação dele se for para a capital do estado, Belém, junto à secretaria estadual. Por gerar custos financeiros altos para os padrões da grande maioria dos pescadores a Z-20 lembra os seus associados que cumpram o prazo para apresentar os relatórios anuais da pesca nas assembleias. (MARINHO, 2020).

O senhor José Edinaldo Rocha da Silva ressaltou que um grande obstáculo de fiscalização do uso dos recursos naturais do pescado na região é falta de uma legislação estadual própria para normatizar legalmente as embarcações dos rios da região. Segundo o diretor da Z-20, há pouca fiscalização dos órgãos competentes para coibir a pesca ilegal na região, segundo ele, principalmente de embarcações vindas de outras cidades ou até mesmo de outros estados. Essa carência de fiscalização é também de legislação contribui muito para o desrespeito com o período do defeso e conseqüentemente aumenta a ameaça de umas espécies de peixe. Outra dificuldade enfrentada pela colônia está no trabalho administrativo, por fazer de maneira manual a arquivagem de documentos. A falta de um sistema informatizado próprio daria mais praticidade funcionalidade na gestão da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal foco desta monografia foi descrever a situação socioeconômica dos pescadores que comercializam o pescado no Porto dos Milagres na cidade de Santarém. Houve amplo levantamento bibliográfico sobre o tema e foi realizada pesquisa de campo junto aos pescadores da localidade em questão.

Observar-se a importância econômica que a atividade pesca artesanal exerce para os moradores que orbitam o mercado do Porto dos Milagres, logo, também, a empregabilidade gerada com este mercado, tanto de forma direta como indireta.

O capítulo quatro desta monografia, traz os resultados das análises dos dados sobre as condições socioeconômicas vividas pelos pescadores que comercializam no Porto dos Milagres. Chamam atenção a realidade deles é levemente inferior quando relacionados com os habitantes da região Amazônica, o que diz respeito a renda, escolaridade e moradia. Relacionando com as condições médias dos brasileiros em geral a discrepância aumenta, isso se explica pois existe uma desigualdade considerável no que diz respeito as questões socioeconômicas entre as grandes regiões brasileiras.

O principal meio de comercialização é pelo atravessador, devido à falta, na localidade, e também região Amazônica em geral, de frigoríficos e de melhor infraestrutura em geral para conservação do produto. Sobre o preço, varia conforme as leis do mercado, oferta e demanda. Sendo que, em geral, as espécies mais procuradas são as maiores.

A pesquisa bibliográfica revelou que a pesca artesanal trava uma luta hercúlea para se manter, isto acontece sobretudo pela fragilidade do amparo jurídico e pela concorrência cada vez mais intensa que esta atividade econômica enfrenta, tornando cada vez menor a participação econômica da pesca artesanal para o PIB da região.

Porém, no município de Santarém e a mesorregião do Baixo Amazonas, apesar da perda nos últimos anos na participação do PIB nessas localidades, a pesca artesanal, como confirma a pesquisa de campo, é uma atividade econômica bastante relevante, além de garantir uma segurança alimentar peculiar à estas regiões. Os artefatos usados para o uso dessa atividade pesqueira são predominantemente artesanais. Os peixes mais comercializados no Porto dos Milagres são: pacu, aracu, pescada, dourada, tucunaré, acari e curimatã.

Os pescadores comerciantes do Porto dos Milagres têm uma íntima relação como a cultura local e como informa a pesquisa primária, a atividade é passada de geração a geração. Existe também um conhecimento profundo dos pescadores sobre áreas que acontece a pesca e também o clima da região, o que ajuda de forma considerável o aumento quantidade de peixe

capturado, daí a importância de preservar o meio ambiente para manter o equilíbrio e a resiliência das espécies.

Outro fato relevante para salientar sobre a pesca artesanal é que diferente da outra modalidade de pesca, a pesca industrial, tem uma tendência de preservação do meio ambiente e sobretudo a preservação para as outras gerações das espécies capturadas, respeitando, inclusive, o período proibitivo das espécies, a saber, o período do defeso.

Por fim, a monografia se mostra relevante para o curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará, pois aborda um tema, pesca artesanal, que toca em dois pontos bastante em voga no cenário acadêmico do curso, a saber, um mercado significativo para economia regional e a sustentabilidade que este mercado possui. É importante destacar que a pesquisa realizada é um estudo embrionário com objetivos de contribuir para ampliação de estudos sobre a pesca artesanal suas atividades desenvolvidas, através da apresentação do produto deste esforço para os pescadores e pescadoras do Porto dos Milagres, Colônia de pescadores Z-20, e principalmente ao meio acadêmico.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, E. S., Ribeiro, M. M., Viana, J. H., & Pontes, A. N. (2021). Panorama da disposição de resíduos sólidos urbanos e sua relação com os impactos socioambientais em estados da Amazônia brasileira. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 13, e20190263. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20190263>.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A Política Pesqueira Atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal**. Samudra Report, v. 64, n. 1, p. 34-41, 2013.

BRASIL. Leis Estaduais. **Decreto nº 1.686 de 29 de junho de 202**. Estabelece os critérios para formalização dos acordos de pesca em comunidades pesqueiras no âmbito do estado do Pará. Disponível em: [Decreto 1686 2021 de Pará PA \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br). Acesso em 15 de janeiro de 2023.

BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Ruffino, M. L. (Org.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira* Manaus: **Provárzea**. p. 11-55, 2004.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana. In: BEGOSSI, A. (org.) *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, p. 13-36, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DE SANTARÉM, Carta. **em Defesa da Pesca Artesanal no Baixo Amazonas Paraense**.

D'ALMEIDA, Bruna Gonçalves. **Os acordos de pesca na Amazônia: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas**. Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, v. 15, p. 56, 2006.

ES Aguiar, MM Ribeiro, JH Viana... - urbe. *Revista Brasileira ...*, 2021 - **SciELO Brasil**.

FERREIRA, Hueliton da Silveira et al. **Trajetória da gestão de unidades de conservação federais no Brasil e os modelos institucionais de gestão: a mudança IBAMA-ICMBIO e seus impactos na Amazônia Ocidental**. 2012.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. **Apostila**.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas as atividades pesqueiras no Brasil*. Planejamento e políticas Públicas, n.49, 2016.

Gama, Antonia do Socorro Pena da. **Educação ambiental e a construção da sustentabilidade na região de várzea de Santarém (PA) – Brasil**. 2016. Tese (Doutorado)

– Programa de Pós-graduação da faculdade de Educação da Unicamp. Campinas- SP: [s.n.], 2016.

ISAAC, V. J; MILSTEIN, A; RUFFINO, ML. A pesca artesanal no baixo Amazonas: análises multivariadas da captura por espécie. *Acta Amazônica* 26, 185 – 208, 1996. KREBS.

INONATA, S.O.; FREITAS, C.E.C. A pesca comercial no médio rio Negro: aspectos econômicos e estrutura operacional. **Boletim de Instituto de Pesca**. v.41, n.1, p.79-87, 2015.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2011. **A Evolução do PIB dos Estados e regiões Brasileiras no período de 2002 – 2009**. Disponível em: [Microsoft Word - INFORME CONTAS REGIONAIS 12 12 2011 \(ipece.ce.gov.br\)](https://www.ipece.ce.gov.br/informe-contas-regionais-12-12-2011). Acesso em 15 de janeiro de 2023.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acessado em 03 de janeiro de 2023.

MARTINS, E. de V. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado]. Belém (PA): Universidade Federal do Pará.

Marinho, Daliane Ferreira. **A Saúde do pescador artesanal de Santarém - Pará**. Orientador: Delma Pessanha Neves. 2020. 153 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/350>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

Mundo Educação, Região Norte. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/regiao-norte.htm.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2023.

MOPEBAM – Associação Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas. Disponível em: [MOPEBAM - Associação Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas \(amazoniacienciaciudadana.org\)](https://amazoniacienciaciudadana.org). Acesso em 03 de janeiro de 2023.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas**. Manaus: Ibama/Provarzea, p. 207-264, 2005.

OLVEIRA, Everton José do Nascimento. **Acordos de Pesca: a efetivação dos acordos para o desenvolvimento local nas comunidades de Pixuna e Jari do Socorro no Município de Santarém- Pará**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente, Pós-graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2014.p.79.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional-da reserva naval à aquícola. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 8, n. 1, 2014.

VAZ, E.M. Caracterização da atividade pesqueira praticada no lago Maicá, município de Santarém, Pará. Santarém, PA. Monografia. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; 2016.



ANEXO - A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Formulário para pesquisa de campo com pescadores artesanais do Porto dos Milagres.
Objetivo geral: descrever social e economicamente a atividade da pesca artesanal realizada por pescadores que comercializam seus pescados no Porto dos Milagres, em Santarém-PA.

1.DADOS PESSOAIS E DE MORADIA.

Local: _____ Data: _____

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____ Data do Nascimento _____

1.3 Cidade: _____ UF: _____

1.4 Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () união estável () separado

Possui filhos? () sim, quantos? _____ () não

1.5 Quanto a Moradia: () própria () alugada () cedido.

1.6 Estruturas da moradia: () alvenaria () madeira () mista.

1.7 Abastecimento de água: () Rede geral de distribuição de água () Poço ou nascente dentro da propriedade encanada () poço ou nascente fora da propriedade () outras formas ()

1.8 Energia elétrica: () sim () não.

1.9 Esgotamento Sanitário: () Rede de esgoto ou pluvial () fossa séptica () Outras formas. Destinação dos dejetos: _____

1.10 Qual destino dado para o lixo doméstico? () Coleta Pública () Enterrado no quintal () Queimado () Jogado a Céu aberto () Outro: Qual? _____

1.11 Qual a sua religião? _____

2.DADOS SOCIAIS DA FAMÍLIA.

2.1 Local de origem da família: _____

2.2 Tempo estimado de residência nesse local: _____ ano (s)

2.3 Número de pessoas que moram na residência, incluindo o (a) Sr. (ª): _____ pessoas

2.4 Em relação à escolaridade da família, incluindo o (a) Sr. (ª):

Nome	Integrante	Idade	Escolaridade

2.5 Qual foi a principal dificuldade para frequentar a escola ou concluir os estudos?

3. DADOS SOBRE A ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL.

3.1 Há quanto tempo exerce a profissão de pescador? () 0 a 5 anos () 5 a 10 anos
() mais de 10 anos.

3.2 Esta é a sua principal ocupação? () Sim () Não

3.3 Onde o senhor (a) costuma pescar? _____

3.4 Tem outra ocupação além da pesca? () Sim () Não

3.5 Caso tenha, identifique-as: () agricultura () serviços () comércio () indústria
() construção civil () turismo () extrativismo

3.6 Na execução do seu trabalho de pesca, qual o tipo de embarcação usada?
() Canoa () Rabeta () geleira () bajara () bote () barco () outros:

3.7 Tipos de Apetrechos de pesca usados:
() Malhadeira () Arco e flecha () Arpão () Tarrafa () Caniço () Anzol () Matapí
Outros: _____

3.8 Principais espécies pescadas na região:

Espécie	Kg/semana	Espécie	Kg/semana
Acarás		Jaú	
Acarí		Mapará	
Apapá		Pacu	
Aracú		Pescada	
Aruanã		Piramutaba	
Branquinha		Piranha	
Charuto		Pirapitinga	
Curimatá		Pirara	
Dourada		Pirarucu	
Filhote		Sardinha	
Jaraqui		Surubim	
Outro:		Tambaqui	
Outro:		Trairá	
Outro:		Tucunaré	

3.9 Quantas dias em média, o (a) senhor (a) pesca por semana? () 1 a 3 dias () 3 a 5 dias () acima de 05 dias

3.10 Como o pescado é vendido? () vivo () tratado. () no gelo () congelado () filetado () Outro. Qual? _____

3.11 Qual a renda média semanal adquirida com a comercialização do pescado?

() R\$ 50 a 100 () R\$ 101 a 300 () R\$ 301 a 500
 () R\$ 501 a 800 () R\$ 801 a 1000 () R\$ mais de 1000

3.12 Existe alguma dificuldade para a comercialização do pescado?

() Não () Sim. Qual? _____

3.13 Quais os locais da região onde realiza a pesca? _____

3.14 quantos quilos de pescados são retirado semanalmente para consumo da família?

4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DO PORTO DOS MILAGRES.

4.1 Você participa da Colônia de Pescadores Z-20 de () Sim () Não

4.2 Você recebe algum benefício da entidade a qual é filiada? () Sim () Não

-Se a resposta acima for sim, quais? _____

4.3 Você recebe outros benefícios sociais? ()Sim ()Não. Se a resposta acima for sim, quais?

4.4 Você recebe Seguro Defeso ()Sim ()Não. Porque _____

4.5 Você enfrenta dificuldades no período do defeso? ()Sim () Não

--Se a resposta acima for sim, quais? _____

4.6 Você sente dificuldades em relação a organização social da colônia de Pescadores Z-20? ()Sim () Não. Se a resposta acima for sim, quais? _____

4.7 Em sua opinião o que deve ser feito para melhorar a comercialização de pescados, no Porto dos milagres? _____

4.8 Na sua opinião, quais as possíveis melhorias que a colônia de pescadores Z-20 pode oferecer ao associado? _____

ANEXO - B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ-UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE-ICS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Título da Pesquisa: “Produção Pesqueira: Uma Caracterização Socioeconômica dos Pescadores Artesanais do Porto dos Milagres, em Santarém- Pará no ano de 2019”.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa, que tem como objetivo geral “Descrever social e economicamente, a atividade da pesca artesanal realizada por pescadores que comercializam seus pescados no Mercado do Porto dos Milagres, em Santarém-Pará. Os participantes do estudo são pescadores e pescadoras artesanais do Bairro Uruará. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, tem a finalidade garantir os seus direitos e deveres como participante, será elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com os (a) participantes da pesquisa e outra com o pesquisador. Por gentileza, leia com atenção, tranquilidade, e caso tenha dúvida aproveite para esclarecer. Caso tenha perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se achar melhor, pode levar para sua residência para consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Caso você não tenha interesse em participar ou deseje retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de punição ou prejuízo.

Participando do estudo o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a responder um questionário semiestruturado que fala sobre assuntos relacionadas a sua vida social, econômica, ambiental e organizacional. O formulário de pesquisa será aplicado em uma única visita, na qual o (a) pesquisador (a) se deslocará até o local de trabalho ou moradia da participante da pesquisa. O (a) senhor (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (93) 98420 -8436, pelo e-mail: joao.rodolfo.sousa@hotmail.com.

As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa e ninguém será identificado. O destino dos dados escritos e gravados em áudio – entrevista – será arquivado pelo pesquisador e após cinco anos da finalização da pesquisa serão incinerados e os gravados apagados. Ao final, escreverei um trabalho conclusivo de curso sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa. Comprometo-me a voltar, e divulgar os resultados desse trabalho no lócus da investigação.

Assinatura

Santarém, Pará ____ de _____ de 2019.